

Demonstrações Financeiras

MULTIAGRO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.

CNPJ/MF: 25.178.979/0001-13

31 de dezembro de 2023 e

31 de dezembro de 2022.

Cuiabá - MT, 09 de Setembro de 2024.

Aos acionistas da

MULTIAGRO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.

Senhores Acionistas,

A Administração da **MULTIAGRO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao período de 31 de dezembro de 2023 comparadas a 31 de dezembro de 2022.

A Companhia é uma sociedade por ações constituída em 03 de junho de 2016 de acordo com as leis brasileiras vigentes e tem como objetivo social (I) securitização de quaisquer direitos creditórios; (II) emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; (III) cessão dos direitos creditórios; (IV) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas operações; (V) realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades.

MULTIAGRO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.

Diretor Presidente
Leonardo Rodrigues de Mendonça

MULTIAGRO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.

CNPJ/MF: 25.178.979/0001-13

Balanco Patrimonial dos Períodos findos em:

(Em Reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	232.499	247.902
Direitos creditórios	6	7.237.991	5.208.983
Partes Relacionadas		32.000	875.956
Outros créditos		107.400	107.400
Total do Ativo Circulante		7.609.890	5.799.125
Ativo Não Circulante			
Imobilizado	7	1.000	1.000
Total do Ativo Não Circulante		1.000	43.680
		7.610.890	6.441.241
<u>PASSIVO</u>			
Passivo Circulante			
Obrigações trabalhistas		12.429	11.157
Obrigações tributárias		12.880	3.608
Outros débitos	8	400.000	559.991
Total do Passivo Circulante		425.309	574.756
Passivo não Circulante			
Debêntures	9	6.330.535	5.193.014
Total do Passivo não Circulante		6.330.535	5.193.014
Patrimônio Líquido	10		
Capital Social		10.000	10.000
Resultado acumulado		690.888	544.496
Ajustes do exercício anterior		(38.604)	(27.418)
Resultado do período		192.762	146.393
Total do Patrimônio Líquido		855.046	673.471
TOTAL DO PASSIVO		7.610.890	6.441.241

MULTIAGRO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.

CNPJ/MF: 25.178.979/0001-13

Demonstração do Resultado dos períodos findos em:

(Em Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas operacionais		334.574	201.589
Receita de Securitização		308.999	187.810
Receita de Serviço		25.575	13.779
(-) Deduções da Receita		(25.819)	(18.429)
Receita operacional líquida		308.755	183.160
Despesas Operacionais	11		
Despesas gerais e administrativas		(231.554)	(167.875)
Total das despesas operacionais		(231.554)	(167.875)
Lucro antes do resultado financeiro		77.201	15.285
Despesas Financeiras	12	(16.099)	(12.123)
Receitas Financeiras	12	192.532	189.940
Resultado financeiro líquido		176.433	177.817
Resultado antes das provisões		253.634	193.102
(-) Provisão para contribuição social		(22.827)	(17.516)
(-) Provisão para imposto de renda		(38.045)	(29.193)
Lucro líquido do período		192.762	146.393
Lucro líquido por ação		1,93	1,46

MULTIAGRO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.

CNPJ/MF: 25.178.979/0001-13

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos períodos findos em:
(Em Reais)

	Capital Social	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2019	10.000	18.017	28.017
Resultado Líquido do Período		384.882	384.882
Saldo em 31/12/2020	10.000	402.899	412.899
Resultado Líquido do Período		141.597	141.597
Ajustes de Exercícios Anteriores		(11.562)	(11.562)
Saldo em 31/12/2021	10.000	532.934	542.934
Resultado Líquido do Período		146.393	146.393
Ajustes de Exercícios Anteriores		(15.856)	(15.856)
Saldo em 31/12/2022	10.000	663.471	673.471
Resultado Líquido do Período		192.762	192.762
Ajustes de Exercícios Anteriores		(11.186)	(11.186)
Saldo em 31/12/2023	10.000	845.047	855.047

MULTIAGRO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.

CNPJ/MF: 25.178.979/0001-13

Demonstração do Fluxo de Caixa dos períodos findos em:

(Em Reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	253.634	193.102
Ajustado por:		
Remuneração debêntures	1.137.520	866.041
Ajuste de exercício anterior	(11.186)	(15.856)
	<u>1.379.968</u>	<u>1.043.287</u>
(Aumento)/Diminuição das contas ativas		
Direitos creditórios	(2.029.008)	(138.907)
Outros créditos	843.956	(843.956)
Aumento/(Diminuição) das contas passivas		
Obrigações Trabalhistas	1.272	100
Obrigações Tributárias (exceto IRPJ e CSLL)	9.272	(408)
Outros Débitos	(159.991)	(397.834)
Caixa usado nas operações	<u>45.469</u>	<u>(337.718)</u>
- Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(60.872)	(46.709)
Caixa proveniente/(usado) nas operações	<u>(15.403)</u>	<u>(384.427)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Venda de Imobilizado		42.680
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos		<u>42.680</u>
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES	<u>(15.403)</u>	<u>(341.747)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	247.902	589.649
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	232.499	247.902

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2023 COMPARADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2022.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Multiagro Securitizadora de Créditos S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, não financeira, criada em 03 de junho de 2016, e tem como objeto social a securitização de quaisquer direitos creditórios; emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; cessão dos direitos creditórios; prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas operações; realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na Avenida Doutor Hélio Ribeiro, número 525, Edifício Helbor Dual Business, sala 2204, Bairro Residencial Paiaguás, na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, CEP: 78.048-250.

2) RISCOS

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.3 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, do auto regulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos.

Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.4 Risco fiscal

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2023 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.5 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2021, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.6 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.7 Direitos Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela

instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.8 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

2.9 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Conseqüentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

3) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao ***“Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC”*** e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

Continuidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e, assim irá manter-se por um futuro previsível, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da

data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia.

4.2 Reconhecimento de receita

i. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A

receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4 Impostos e contribuições

i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4%

(quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **sociedades de crédito imobiliário**.

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

i. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: BC TG 39 (R1), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2022 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71.

4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado em bases confiáveis. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

4.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11 Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser

contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência. A empresa deverá manter controles extra contábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.12 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.13 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.14 Evento Subsequente

A Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos”, no passivo circulante. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa		20.851
Bancos conta movimento	232.499	227.051
Total de caixa e equivalentes de caixa	232.499	247.902

6) DIREITOS CREDITÓRIOS

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras, dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Direitos Creditórios a Receber	7.237.991	5.208.983
Total dos Direitos Creditórios a Receber	7.237.991	5.208.983

7) IMOBILIZADO

A política de reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado foi construída pela empresa a partir das diretrizes da NBC TG 27 (R4) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O reconhecimento se deu pelo valor do custo de aquisição ou construção, acrescido quando aplicável de juros durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados imobilizados os ativos tangíveis que são mantidos para uso ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa assumia substancialmente os riscos, os benefícios e o controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto de o imobilizado estar em condições de uso. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem e o valor residual. A conta de “imobilizado” é composta por:

Descrição	Custo de Aquisição	Depreciação/ Amortização	Residual 31/12/23	Residual 31/12/22
Participações Societárias	1.000		1.000	1.000
Total do Imobilizado	1.000		1.000	1.000

8) OUTRAS OBRIGAÇÕES

São registrados nessa conta contábil os tributos a pagar pela Companhia. Os valores estão dispostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Termo aditivo a pagar		5.000
Créditos não identificados		120.624
Créditos pessoas ligadas		34.367
Outros créditos	400.000	400.000
Total de Outras Obrigações	400.000	559.991

9) DEBENTURES

A Companhia realizou 01 (uma) emissão de debêntures até o encerramento do exercício, sendo assim:

- A 1ª (primeira) emissão privada de debêntures, em 04 (quatro) de agosto de 2016, onde foram emitidas 800 (oitocentas) debêntures simples não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$8.000.000,00 (Oito milhões de reais), realizada em duas séries. As debêntures terão vencimento de 240 (Duzentos e quarenta meses) meses, contados a partir da data de emissão anteriormente estabelecida. A base de remuneração a 1ª série das debêntures fará jus à participação nos lucros antes dos impostos, excluindo os valores de equivalência patrimonial, na proporção de 85% (oitenta e cinco por cento) destes, sendo devida mensalmente à medida que o lucro for sendo auferido. Já as debêntures da 2ª série farão jus a remuneração de 120% (cento e vinte por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros (DI) de um dia, “over extra-grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP.

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
1ª (primeira) emissão	8.000.000	8.000.000
(-) Debêntures a integralizar – 1ª emissão	(5.640.000)	(5.640.000)
Remuneração – 1ª emissão	3.970.535	2.833.014
Total de títulos e valores mobiliários	6.330.535	5.193.014

10) PATRIMONIO LIQUIDO

Capital Social

O Capital Social é de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), representado por 10.000 (Dez mil) ações ordinárias sem valor nominal.

Resultado do exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia auferiu um lucro no valor de R\$ 192.761,67 (cento e noventa e dois mil, setecentos e sessenta e um reais e sessenta e sete centavos).

11) RESULTADO OPERACIONAL

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

Descrição (em reais)	31/12/2023	31/12/2022
Receitas operacionais	334.574	201.589
Receita de Securitização	308.999	187.810
Receita de Serviços	25.575	13.779
(-) PIS	(3.430)	(2.480)
(-) COFINS	(21.110)	(15.260)
(-) ISS	(1.279)	(689)
Despesas operacionais	(231.554)	(167.875)
Despesas operacionais	(231.554)	(167.875)
Resultado operacional líquido	77.201	15.285

12) RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

Descrição (em reais)	31/12/2023	31/12/2022
Receitas Financeiras	192.532	189.940
Juros de Aplicações Financeiras		2.694
Juros Ativos	192.532	95.376
Outras Receitas		91.870
Despesas Financeiras	(16.099)	(12.123)
Juros Passivos		(275)
Multas Passivos		(1.077)
Despesas Bancárias	(15.546)	(9.762)
IOF	(553)	(1.009)
Desconto Concedido		
Resultado financeiro líquido	176.433	177.817

13) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Sociedade estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, direitos creditórios a receber e debêntures a pagar, todos realizados em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada;

Direitos Creditórios a receber (nota 6): os direitos creditórios a receber são avaliados no momento inicial pelo valor de face.

Debêntures (nota 9): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2023.

Cuiabá - MT, 09 de Setembro de 2024.

Leonardo Rodrigues de Mendonça
Diretor Presidente

Raquel Souza Ferreira Rodrigues de Mendonça
Diretora Vice-Presidente

George Sobrinho de Queiroz Schumacher
Contador - CRC/MT – 016271